

Juventude e comunicação política: os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro

*Youth and political communication: the former participants
of the Brazilian Youth Parliament Brasileiro*

*Antonio Teixeira de Barros¹
Lúcio Meireles Martins²*

RESUMO: Este trabalho analisa dados de survey com jovens egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) sobre o uso de informação política e o compartilhamento de opiniões políticas nas redes sociais e blogs. As conclusões mostram que os portais de notícias são os meios mais utilizados para obter informação política. Constata-se uma ampliação do comportamento de compartilhar opiniões sobre política em redes sociais e blogs. Percebe-se relação positiva entre militância partidária e autoexpressão política. Conclui-se que ações de educação política como o PJB interferem significativamente no interesse pelo noticiário político e no engajamento digital juvenil.

ABSTRACT: This article analyzes survey data with young former participants of the Brazilian Youth Parliament (BYP) on the use of political information and sharing political views on digital social networks and blogs. The findings show that the news portals are the means most used for political information. There has been an expansion of the behavior to share views on politics on social networks and blogs. It appears a positive relationship between party activists and political self-expression. We conclude that political education activities as BYP interfere significantly the interest in political news and youth digital engagement.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude e comunicação política. Mídia e democracia digital. Parlamento Jovem Brasileiro.

KEYWORDS: Youth and political communication. Media and digital democracy. Young Brazilian Parliament.

1 Doutor em Sociologia. Docente do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). E-mail: antonibarros@gmail.com

2 Mestrando em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). E-mail: luciogioiano@hotmail.com

I. INTRODUÇÃO

Discute-se neste estudo como a internet e, mais recentemente, as redes sociais digitais influenciam a relação dos jovens com as instituições políticas e com os agentes políticos eleitos. São utilizados, como referencial teórico, estudos sobre juventude e comunicação política, incluindo as mídias digitais. Busca-se analisar como esses novos instrumentos tecnológicos podem alterar os modos de relação do público jovem com o campo político. No sentido de aprofundar esse debate com dados empíricos, são correlacionadas as experiências do projeto Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados com dados de levantamento com egressos de oito edições do PJB, de 2006 a 2013, sobre a utilização de veículos de comunicação para acesso a informações políticas e do compartilhamento de opiniões e posições políticas em redes sociais.

Desde o advento da internet e da sua massificação como instrumento tecnológico nos diversos âmbitos da sociedade, seja no mercado financeiro, na vida social e nas relações políticas, são discutidas suas potencialidades para a redução de déficits democráticos. A internet e suas inúmeras ferramentas de interação entre cidadãos e instituições reduzem o custo de participação política, tornam mais velozes a circulação dos estoques informativos e permitem envolver diferentes parceiros de interlocução, o que significa um potencial de interação inédito em comparação com os veículos de comunicação tradicionais. Entretanto, essas tecnologias não determinam o procedimento da interação comunicativa nem garantem a reflexão crítico-racional. Assim, apenas a existência das tecnologias não basta, inclusive pelos problemas que ela acarreta, como a dispersão e excesso de informações e temáticas em debate, o que pode dificultar a busca do consenso ou decisão coletiva (GOMES, MAIA, 2008, p. 288).

Considerando essa perspectiva crítica, diversas outras questões, além da disponibilidade de canais e alternativas de participação digital, influenciariam de forma determinante para conformar a atuação dos cidadãos em relação à política. Gomes (2008, p. 296) aponta que o fator principal para a participação política está na cultura, entendida como “mentalidades, valores, convicções e representações compartilhadas”.

Seguindo essa mesma perspectiva de análise, o projeto Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados pode ser entendido como uma ação institucional voltada para alterar essa cultura política que tem diversos problemas já elencados acima e publicizados diuturnamente nos veículos jornalísticos e de opinião. Comparando os objetivos do PJB com as características básicas da democracia que garantiriam requisitos para a participação democrática, apontadas por Gomes e Maia (2008), percebe-se uma relação direta com esses fatores culturais e institucionais aqui resumos:

- a) volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial (...) habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos;
- b) acesso a debates públicos já começados e também a de iniciar novos debates desta natureza, nos quais eles deveriam exercitar a oportunidade de envolver-se em contraposições argumentativas, de desenvolver seus próprios argumentos, de envolver-se em procedimentos deliberativos;
- c) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão – mediante ações como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou por meio de outras atividades políticas nacionais ou locais; e
- d) habilitação para e oportunidades eficazes de comunicação na esfera civil com os seus representantes (em nível local, nacional ou internacional) e para deles cobrar explicações e prestação de contas.

Essas características e oportunidades ideais de aprendizagem, envolvimento e participação na política demandam das instituições políticas e dos sistemas educacionais do Estado um amplo esforço para sua consecução. O projeto PJB atua e influencia a formação do jovem participante para o desenvolvimento dessas quatro características, mormente nos itens (a) e (b), pois o projeto se baseia numa simulação da atividade parlamentar e processo formativo acerca das atribuições parlamentares, do orçamento público e da ética parlamentar.

A atividade de simulação desenvolvida na semana de imersão do PJB pode ser caracterizada como uma “oportunidade de envolvimento em contraposições argumentativas”, o que se realiza nas atividades das comissões e da plenária final. Dados do estudo empírico colocam luz sobre essas questões acerca dos resultados do projeto em relação ao comportamento político dos jovens e também na utilização dos veículos de comunicação e da internet para participação.

Da parte institucional, em termos ideais, a internet e suas ferramentas permitem a criação de meios e oportunidades de participação (c) e também oportunizam uma aproximação, em termos ideais, dos cidadãos com seus representantes (d), com quem podem manter contato mais direto e mais veloz.

2. REDES SOCIAIS E A PLURALIDADE DE VOZES POLÍTICAS

Enquanto na sociedade, principalmente os mais jovens, que tiveram seu processo de formação educacional formal e informal imbricado pelas tecnologias digitais, aderem ao uso das redes sociais como forma de autoexpressão, comunicação interpessoal e com instituições e empresas, as

instituições legislativas mundo afora ainda engatinham na utilização desse canal de conexão com os representantes. Leston-Bandera (2013), em seus estudos recentes sobre a utilização de redes sociais (Facebook e Twitter) por legislativos europeus e da América Latina, afirma que a utilização, além de ser tímida, ainda é fortemente focada na divulgação das atividades, ou seja, esses canais são utilizados numa perspectiva passiva de participação dos cidadãos, apesar de haver casos de uso, com menor expressão, focado no engajamento direto dos cidadãos nos trabalhos legislativos. Essa autora destaca que o acesso direto aos cidadãos como principal vantagem dessas redes para os parlamentos não necessita da mediação dos veículos massivos de comunicação e dos partidos políticos.

Nesse sentido, as redes sociais podem tornar o processo político e aqui, como exemplo, o processo legislativo, permeável às posições legítimas dos representantes. Ampliam-se as vozes na deliberação pública das temáticas relevantes para a vida em sociedade. Apesar do problema da eficácia da participação, deve-se ter em conta que a qualidade das propostas e das sugestões dos cidadãos pode ser o fator principal e, em muitos casos, não a quantidade ou representatividade das pessoas que tenham se posicionado no debate.

Aponta-se aqui uma situação que exemplifica essa permeabilidade e também um mecanismo institucional de participação que pode influenciar diretamente e de forma rápida o processo legislativo. Durante a votação na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 2.960/2015, que trata da regularização cambial e tributária de recursos lícitos mantidos no exterior, no dia 11 de novembro de 2015, o Deputado Bruno Covas (PSDB-SP) apresentou emenda para que os benefícios da anistia de crimes financeiros relacionados aos recursos não fossem aplicados a detentores de cargos políticos e afirmou em seu discurso em plenário que a sugestão teria sido apresentada por um cidadão numa rede social³.

A proposta foi amplamente apoiada pelos parlamentares, com votação final de 351 (sim) a 48 (não). Outra iniciativa que segue nessa direção da participação cidadã no processo legislativo é o Wikilegis, ferramenta on-line disponibilizada pela Câmara dos Deputados para oportunizar a discussão e sugestões colaborativas na redação de projetos de lei, o que permite uma construção coletiva de forma objetiva e propositiva. Esse projeto permite que deputados e os próprios cidadãos apresentem proposições que passem por esse processo de redação coletiva.

Conforme Gomes (2008) analisa, “a formação da vontade é o produto cumulativo de um conjunto de discussões sobre determinado tempo. É um processo de interpretação coletiva a longo prazo, não apenas um pro-

3 Matéria jornalística sobre a votação citada: <http://www.valor.com.br/politica/4312714/com-pressao-sobre-cunha-camara-veda-que-politicos-usem-repatriacao>

cedimento de tomada de decisão.” Segundo essa perspectiva, quanto mais participantes interagirem com suas opiniões e posições acerca da temática questionada, mais rico será esse debate e, idealmente, mais racionalmente o processo ocorrerá. Apesar da forte concentração da propriedade dos meios de comunicação massivos no Brasil e das dificuldades econômicas e de infraestrutura para que o acesso à internet seja universalizado, as redes sociais e a possibilidade de criação de veículos de jornalismo cidadão on-line, além das iniciativas institucionais, amplificam enormemente a quantidade e a pluralidade ideológica das vozes que participam do debate público, incluindo os jovens.

Considerados nativos digitais ou uma geração moldada pela internet, os jovens de hoje são naturalmente propensos a usar a internet para a busca de informações e para a mobilização de causas que lhes afetam diretamente ou que lhes despertam interesse. No caso específico do PJB, percebe-se que se trata de jovens com um perfil político diferenciado, em termos de maior interesse acerca da política, uma vez que a iniciativa de participação no projeto já mostra essa característica. Certamente cabe aqui uma ressalva de que não é adequado tratar a juventude como algo homogêneo e monolítico.

Embora a juventude seja representada sociologicamente como “uma categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencente a uma dada faixa etária” (GOHN, 2013, p.205), o que as pesquisas recentes mostram é que existem várias juventudes. Cada vez mais os jovens passam a ser caracterizados como um grupo social plural e emergente (MALFITANO, 2011), com diferentes formas de engajamento e de participação, variados repertórios de ação coletiva e múltiplas agendas (DAYRELL, MOREIRA, STENGEL, 2011), o que requer olhares menos simplificadores. Isso dificulta a identificação de um padrão de engajamento e de participação, além de apontar para a dificuldade de registrar tendências uniformes e estanques (RIBEIRO, LANES, CARRANO, 2006).

3. O PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO

O PJB é um projeto anual de simulação parlamentar juvenil. Estudantes do ensino médio e técnico de escolas públicas e privadas, entre 16 e 22 anos (2º ou 3º anos), são convidados a participar de um concurso de projetos de lei, por meio do qual são selecionados 78 jovens que terão a oportunidade de passar por um processo de formação e prática parlamentar simulada, durante uma semana, na Câmara dos Deputados.

A iniciativa foi idealizada pelo então Deputado Federal Lobbe Netto (PSDB/SP) e instituído como um projeto institucional da Câmara dos Deputados pela resolução 12/2003. Em novembro daquele ano, previa-se inicialmente um projeto a ser desenvolvido em parceria com as instituições representativas estudantis UNE e UBES, que promoveriam

a seleção por meio de eleições abertas aos estudantes. Percebe-se assim que o objetivo inicial do projeto era formar líderes políticos, dada essa intenção de se vincular ao movimento estudantil. Também se previa a alternância de turmas do ensino médio e do ensino superior a cada ano.⁴ Porém, já na primeira edição do projeto, em 2004, ele foi iniciado com outra configuração, bastante semelhante com o formato atual, direcionado a jovens do ensino médio e com seleção feita por concurso de redação legislativa. Apesar das alterações pontuais de procedimentos, seja na seleção ou nas atividades didáticas e de simulação, o projeto vem tendo uma constância de seus procedimentos e conteúdos, o que facilita uma análise histórica dos seus resultados. Desde que foi criado, o PJB já teve onze edições.

A seleção final dos projetos escolhidos é feita pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. No mês de março, é realizado um encontro com esses servidores dos estados com diferentes objetivos: avaliação da edição anterior, conscientização quanto à importância da educação política, busca de compromisso com as etapas de organização do programa e apresentação da campanha de divulgação da edição seguinte.

A simulação inclui eleição da Mesa Diretora, debates nas comissões temáticas, além de votação em plenário de proposições, sendo todas as atividades organizadas conforme o Regimento Interno do PJB, homologado pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara nº 49/2004.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise está baseada em levantamento do tipo survey, com questionário aplicado on-line nos meses de outubro e novembro de 2014. Os participantes das edições de 2004 a 2013, dez eventos, foram contatados por meio de e-mail e Facebook, quando foram convidados a preencher um questionário com questões abertas e fechadas. Do total de 759 jovens que participaram do projeto nas dez edições mencionadas, 173 responderam o questionário, representando 22,79% do universo estudado. Dada a técnica de coleta escolhida (survey pela internet) ser praticamente o único meio viável de contato com os egressos de todas as edições, o levantamento não foi precedido por estratificação e cálculo de amostragem, pois se intentou o maior número de respostas possíveis com amostra por conveniência.

Ao final da coleta de dados, optou-se pela exclusão das respostas relativas aos dois anos iniciais, 2004 e 2005, em vista do baixo índice de respostas. Dessa forma, a análise final contempla oito anos do PJB, de

⁴ Regimento interno do PJB ainda mantém essas intenções iniciais, apesar das modificações por que passaram o projeto: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/parlamentojovem/regimento-interno-do-parlamento-jovem-brasileiro>

2006 a 2013, totalizando 166 respondentes, o que corresponde a 27,48% do total de egressos das oito edições mencionadas. Essa decisão foi tomada considerando as diversas características desse público analisado no estudo, entre elas, gênero, idade, moradia em capital ou cidade do interior e escolaridade⁵, já que a análise de uma amostra com apenas duas (2004) ou cinco (2005) respostas não abarcaria esses variados fatores que podem influenciar as variáveis analisadas.

4.1. PERFIL DOS RESPONDENTES

A análise dos dados inicia-se com a caracterização da amostra estudada, com ênfase para os seguintes aspectos: faixa etária dos respondentes, sexo, ano de participação, região e escolaridade. O objetivo dessas informações é contextualizar as respostas dos sujeitos da pesquisa. O Quadro 1 mostra o perfil de idade e gênero da amostra

Quadro 1 – Perfil de idade e gênero da amostra

Faixa etária	Amostra	%	Gênero	Egressos	%	Amostra	%
17 a 20	64	38,55	Masculino	295	48,84	86	51,81
21 a 24	77	46,38	Feminino	309	50,66	80	48,19
25 a 29	25	15,06					
Total	166	100		604	100	166	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Do ponto de vista da faixa etária, predominam os respondentes entre 21 e 24 anos, com 77 registros, equivalente a 46,38%. Quanto à relação entre o percentual de masculinos e femininos, os dados são próximos da proporção de eleitores (48%) e eleitoras (52%), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral⁶. Quanto à distribuição por ano, o Quadro 2 mostra um relativo equilíbrio no número de respondentes de cada uma das edições do PJB, com o percentual mínimo de 19,48% em 2010 e o máximo de 40,50% em 2013. Mesmo quando se trata dos percentuais menores, a amostragem obtida é relevante.

⁵ Não foram analisados fatores socioeconômicos, pois essa questão poderia prejudicar o levantamento de dados devido ao constrangimento que acarretaria na coleta. Outro fator não estudado foi a proveniência dos egressos de escolas públicas ou particulares, já que os ex-participantes das edições mais antigas passaram por outras instituições também públicas ou privadas, como universidades e outras instituições de ensino, o que inviabilizaria uma análise isolada dessa característica.

⁶ Em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

Quadro 2 – Amostra e população das edições estudadas do PJB

Edição	População	Amostra	Percentual
2006	78	17	21,79%
2007	77	29	37,66%
2008	78	20	25,64%
2009	65	17	26,15%
2010	77	15	19,48%
2011	81	20	24,69%
2012	70	16	22,85%
2013	78	32	41,02%
Total	604	166	27,48%

Fonte: Elaboração dos autores.

Quadro 3: Comparação da amostra dos egressos e população das regiões

Região	N	Amostra em relação à população de egressos	Proporção da população brasileira por região	Eleitores N	Eleitores %
Norte	26	8,88%	8,44%	10.815.545	7,573
Sudeste	57	40,83%	42,01%	62.044.425	43,441
Centro-Oeste	22	11,24%	7,45%	10.248.279	7,175
Nordeste	38	23,67%	27,75%	38.267.006	26,793
Sul	31	15,38%	14,32%	21.096.204	14,771
Total	169	100	100	142.825.280	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Os egressos que responderam à pesquisa residem em grande parte em cidades do interior⁷ (64%) e os demais, em capitais, com predomínio de residentes nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul (Quadro 3). Uma informação complementar relevante é que a amostragem de egressos segmentada conforme a região geográfica é relativamente coerente com a distribuição do eleitorado regional⁸.

7 As cidades foram classificadas em capital ou cidade de interior, sem uma análise mais detalhada do seu tamanho. Cidades de regiões metropolitanas das capitais, quando nomeadas diretamente, foram consideradas cidades do interior, pois isso indicaria uma vinculação maior à localidade mais próxima do que à metrópole.

8 Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado>

A quantidade de vagas do projeto é proporcional ao quantitativo de cadeiras na Câmara dos Deputados que, por sua vez, está vinculada à população dos estados brasileiros. Conforme pode ser verificado no Quadro 3, a realização da pesquisa resultou numa proporção muito próxima entre a amostra e a proporção da população das regiões. Considera-se assim que os dados levantados têm uma boa representatividade do perfil dos egressos do PJB.

Em relação à formação educacional dos egressos, Quadro 4, grande parte dos respondentes está em processo de graduação ou já se formou⁹ (68,67%). Quando são separados apenas aqueles graduados ou graduandos em ciências humanas ou sociais aplicadas, chega-se a um percentual de 47,59% do geral da amostra.

Quadro 4 – Escolaridade dos egressos

Formação	Quantitativo de respostas	Proporções da amostra
Médio e técnico	33	19,87%
Graduação	114	68,67%
Pós-graduação	19	11,44%
Total	166	100

Fonte: Elaboração dos autores.

4.2. AS FONTES DE INFORMAÇÃO POLÍTICA PARA OS JOVENS EGRESSOS DO PJB

Foi perguntado aos jovens que veículos são utilizados para acesso a informações sobre política, com a possibilidade de mais de uma resposta (Gráfico 1).

De forma destacada, a internet aparece como o meio mais utilizado, com respostas de 93% dos egressos, em seguida, aparecem a televisão e as redes sociais on-line, com percentuais próximos de 69% e 67%, respectivamente. Esses dados estão em consonância com estudos que apontam as novas configurações de consumo de mídia pelos públicos jovens (CUNHA, 2010). Esses estudos apontam para um declínio das mídias convencionais como o rádio, o jornal impresso e a TV e uma tendência crescente de adesão às novas mídias, representadas pela internet, nessa temática relacionada aos portais de notícias e às redes sociais.

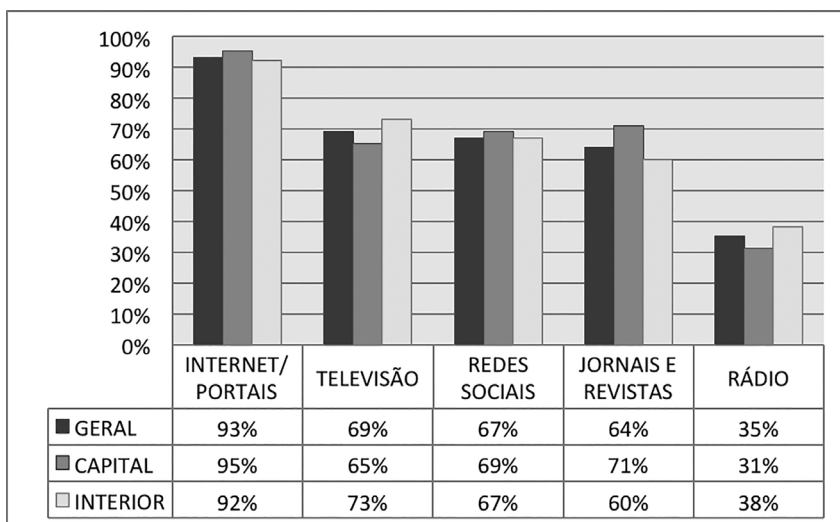
Embora os percentuais sejam similares na comparação entre respondentes de cidades de interior e de capitais, é possível perceber maior utilização de redes sociais digitais até mesmo do que a televisão em capitais, o que também se verifica com relação aos jornais e revistas impressos. Nas cidades do interior, destaca-se o maior consumo de conteúdos televisivos

⁹ Cabe ressaltar que os dados se referem ao momento em que os egressos responderam ao questionário e não ao período em que participaram do PJB.

e radiofônicos, quando comparados aos residentes em capitais.

A participação no projeto, que aparenta ter grande impacto na visão dos jovens em relação às instituições e da própria política, também aumentou muito o interesse pelo noticiário para 61% dos egressos. Para outros 35%, esse interesse apenas aumentou um pouco, como mostra o Quadro 5. Entretanto, se considerado o somatório das duas primeiras alternativas, registra-se um percentual de 95%, o que significa que o PJB exerceu alguma influência na motivação da quase totalidade dos egressos pela informação política. Em outras palavras, há um expressivo impacto cognitivo no que se refere à atenção dos jovens egressos em relação ao que acontece no campo da política.

Gráfico 1 – Veículos de comunicação utilizados para acesso a informações sobre política¹⁰



Fonte: elaboração dos autores.

Diante desses dados, é oportuno salientar que há estudos que relacionam de forma positiva a atenção que o cidadão dispensa aos fatos políticos com os indicadores de engajamento político (CARNEIRO, 2014). Essa visão remete ao conceito de engajamento político, nos termos de Pipa Norris (2000), para a qual engajamento envolve informação, participação política e confiança nas instituições. O engajamento interfere, portanto, nas opiniões sobre o universo da política e nas atitudes cotidianas dos

¹⁰ Os percentuais foram arredondados para mais quando a casa decimal foi maior do que 0,50 e para menos quando, menor ou igual.

cidadãos. De maneira similar, Inglehart e Welzel (2009) também destacam a relevância da atenção aos fatos políticos, por meio do noticiário, e as conversas sobre política no ambiente laboral com amigos e familiares. Em seus estudos sobre confiança e democracia, Moisés (2005) também leva em conta esse fatores.

Partindo dessa bibliografia, Rothberg (2012, p.8) apresenta a diferença entre engajamento e politização, considerando o segundo conceito como algo que vai além da atenção e do acompanhamento da política. “Nesse sentido, algo que demanda ainda mais iniciativa, como acessar uma determinada página pela internet, escrever uma mensagem de suporte a um candidato e sugestões genéricas ao seu governo, pode ser tomado como sinal de politização”. Nessa perspectiva, a atuação dos jovens egressos do PJB na internet enquadra-se nessa categoria de politização.

Quadro 5 - A participação no PJB aumentou seu interesse pelo noticiário político?

Respostas	N	%
Sim, aumentou muito	102	61,44%
Sim, aumentou um pouco	58	34,93%
Não interferiu	6	3,61%
Total	166	100

Fonte: Elaboração própria.

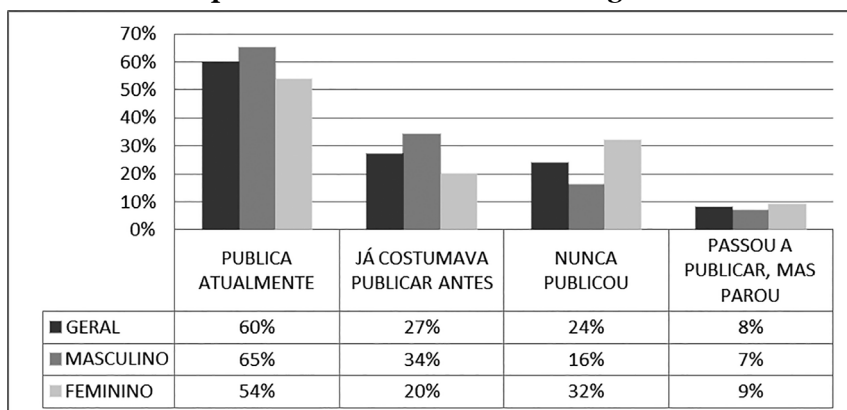
4.3. ATIVISMO DIGITAL JUVENIL

Um dos dados mais relevantes obtidos nesta pesquisa acerca do comportamento dos jovens em relação à política foi sobre a publicação e compartilhamento de opiniões nas redes sociais e blogs, conforme descrito no Gráfico 2. Em termos gerais, 60% entrevistados afirmaram que publicam atualmente, enquanto 27% já costumavam publicar antes e 8% passaram a publicar após o PJB. Isso mostra um alto engajamento digital dos jovens e, ao mesmo tempo, um relevante impacto do PJB nesse quesito, uma vez que se ampliou significativamente esse comportamento entre egressos. Os homens são os mais ativos, com 65%, já 54% das mulheres relataram esse hábito.

O impacto do PJB em relação ao comportamento dos egressos aparenta não ser efêmero, já que a maioria dos egressos passou a expor suas opiniões políticas nas redes sociais e permanecem mantendo esse comportamento, já que não foram percebidas fortes alterações entre as respostas de edições mais recentes e as antigas. Logicamente, o processo de amadurecimento e a entrada na vida adulta contribuem para uma maior autoexpressão e mesmo para a participação política institucional, o que pode ser um reforçador desse comportamento, haja vista o baixíssimo nível

de envolvimento dos jovens em atividades e instituições políticas no Brasil, conforme já verificado em pesquisas nacionais (ABRAMOVAY, CASTRO, 2006; ABRAMO, BRANCO, 2005) nesse corte da população, sendo possível considerar alto o nível de participação nas redes sociais deste público. De forma recorrente, em diversas temáticas da pesquisa, o público feminino apresenta menor nível de participação, seja em comportamentos anteriores ao PJB, como também posteriores, entretanto essa diferença, conforme também verificado no Gráfico 2, atenua-se. Esse tipo de atividade não apresenta variações relevantes em relação à idade dos respondentes, como também em relação à residência em capitais e cidades do interior, e para esta última variável citada, o percentual é idêntico.

Gráfico 2 – Publicação e compartilhamento de opiniões sobre política em redes sociais ou blogs¹¹



Fonte: elaboração própria.

Um efeito diretamente relacionado com a atuação política dos jovens na internet diz respeito à valorização do debate público e das conversas sobre política entre familiares e amigos, aspecto mencionado por 13 respondentes (7%):

– Hoje (...) entendo mais ainda a necessidade de se discutir e participar da política porque ela molda futuro do país, e isso diz respeito a todo povo (C24, 24 anos, feminino, interior/SP).

– Atualmente, pesquiso mais sobre as notícias do congresso nacional e tento debater com meus amigos (C139, 17 anos, masculino, interior/MG).

11 Mais de uma alternativa pôde ser escolhida, assim, é apresentada, neste gráfico, a somatória das respostas, por esse motivo o total de respostas pode ser maior do que 100%.

– Tornei-me mais participativa em relação a noticiários e discussões sobre política (C114, 20 anos, feminino, interior/GO).

Essa perspectiva reforça pesquisas que mostram o crescente protagonismo dos jovens no ambiente familiar no que se refere à formação de opinião. Por serem mais bem informados que seus pais, favorecidos pela cultura de conectividade digital, esses jovens acabam interferindo até na decisão de voto dos familiares e no julgamento de questões da agenda pública (RODRIGUES, 2014).

O comportamento de publicar e compartilhar opiniões sobre política estaria conectado a atividades política institucionais com vínculo partidário, ou seja, de militância? O Quadro 6 oportuniza um cruzamento dessas temáticas no comportamento dos egressos do PJB.

Quadro 6 – Cruzamento da militância partidária com participação em redes sociais

Participação em redes sociais →	Atualmente	Nunca
Militância em partidos ↓		
Atualmente	21%	1%
Nunca	28%	22%

Fonte: elaboração própria.

Um cruzamento dos dados acerca desses dois tipos de comportamento indica que pode haver alguma relação positiva de mais autoexpressão para aqueles que também militam (21%), mas essa dependência não existe para aqueles que nunca militaram e costumam expor suas posições nas redes sociais (28%). Nesse sentido, uma das hipóteses do impacto da internet na participação política apontada por Faria (2012), considerando estudos de Pipa Norris (2000), de que a internet facilitaria o envolvimento daqueles já participantes de atividades convencionais, aparenta encontrar conexão com esses comportamentos verificados.

O que reforça essa análise é o baixíssimo percentual de pessoas que afirmaram militar em partidos e também não expressam opiniões nas redes sociais (1%). O envolvimento em partidos aparenta motivar a expressão, já que aqueles que não participam de partidos e nem nas redes somam 22% em relação ao total de respondentes. O comportamento dos egressos que apesar de não participarem de militância partidária usam as redes para expor e compartilhar opiniões reforça uma hipótese central da análise do impacto da internet na participação política, que é o acréscimo de novos participantes ao debate político, pela redução dos custos envolvidos e ampliação do acesso à informação acerca da política, o que é reforçado pelo aprendizado gerado na simulação parlamentar para esse grupo.

É oportuno salientar que a internet é um espaço muito familiar aos jovens. Por essa razão, o ativismo digital recebe forte adesão dos respondentes. Além de ser algo descentralizado e que dispensa mediação de elites institucionais, o espaço virtual permite formas individualizadas de uso e de aplicações. A internet, no contexto de uma sociedade de multirredes (BAUMAN, 2000), resultante do processo de encolhimento do mundo (HARVEY, 1992), permite um novo tipo de copresença, por meio da atuação on-line dos atores, numa espécie de atuação pautada pela lógica da instantaneidade não espacial (THOMPSON, 1998).

Ressalta-se, nesse aspecto, a capacidade de agência do usuário de internet, com sua múltipla atuação (espectador, ator e operador). Tudo isso favorece a adesão dos jovens à política de signos para criar e representar modos de pertencimento do cidadão (RIBEIRO, 2000). Trata-se do que se denomina de receptor empoderado, um fenômeno típico do contexto comunicacional proporcionado pelas novas mídias. Esse acentuado poder de agência permitido pelas ferramentas digitais certamente é um dos fatores que explica a atração dos jovens pelo ativismo digital.

Nesse contexto político-cultural, a internet e suas inúmeras ferramentas de interação entre cidadãos e instituições reduzem o custo de participação política, tornam mais velozes a circulação dos estoques informativos e permitem envolver diferentes parceiros de interlocução, o que significa um potencial de interação inédito em comparação com os veículos de comunicação tradicionais. O baixo custo certamente é um dos fatores que possibilitam e estimulam a adesão juvenil, além da autonomia e da possibilidade de utilização segundo seus interesses e agendas.

Além disso, muitos dos jovens que participaram do PJB fazem parte dos chamados nativos digitais, ou seja, aqueles indivíduos que já nasceram e foram socializados em um mundo em que a tecnologia já exercia um papel relevante nas formas de comunicação e interação. Conforme aponta Faria (2012), o ambiente virtual favorece a colaboração voluntária em rede, o acesso a uma quantidade infinitamente maior de informações em comparação com os veículos de comunicação tradicionais e um grande poder de distribuição de informações. Esse ambiente exerce um forte atrativo para os jovens, como se observa no caso dos egressos do PJB.

5. CONCLUSÕES

Apesar da percepção de um perfil diferenciado do grupo de jovens participantes do PJB em termos de maior engajamento político já antes da interação com o projeto, é possível identificar sinais de ampliação significativa da autoexpressão política em redes sociais e mesmo de uma diminuição da diferença negativa da participação das mulheres, já que, em outros quesitos do mesmo estudo, a participação e o interesse pela política têm maior discrepância entre sexos. Esse tipo de comportamento motivado pela vivência

oportunizada no PJB demonstra constância, já que um baixo percentual de egressos retornaria à apatia política no que concerne à exposição de opiniões políticas nas redes sociais digitais.

É evidente nos autores analisados para este estudo, com ênfase em Gomes e Maia (2008), que o fator central motivador para a participação política não é a disponibilidade de tecnologias que a facilitem, mas uma cultura política favorável à expressão e a existência concreta de mecanismos institucionais que considerem as opiniões dos cidadãos acerca das políticas públicas governamentais em todas as suas etapas, do planejamento à execução, do acompanhamento à fiscalização.

Iniciativas como o Parlamento Jovem Brasileiro e diversos projetos semelhantes das Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais atuam na capacitação de cidadãos jovens para ampliar o conhecimento acerca das atribuições das instituições políticas, e também objetivam motivar a participação política institucional e informal. Os dados deste estudo indicam que ações como o PJB podem interferir significativamente no interesse pela informação política, na autoexpressão e no ativismo digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CARNEIRO, Thiago Lopes. *Engaging Politics: Political Participation in Brazil and Sweden, predicted by Stereotypes about Parliamentarians, Political Education and Behavioral Contagion*. Doctoral Dissertation presented to the Faculty of the Department of Social and Work Psychology. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.
- CUNHA, Magda Rodrigues. Os jovens e o consumo de mídias. Surge um novo ouvinte. In: FERRARETO, L. A.; KLÖCKNER, L. (ORGS.) *E o rádio? Novos horizontes midiáticos*. Rio de Janeiro: Editora da PUCRJ, 2010, p. 171-186.
- FARIA, C. F. S. de. *O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?* Brasília: Edições Câmara, 2012.
- GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.1, n.2, p.205-221, jul/dez 2013.
- LESTON-BANDEIRA, C.; D. BENDER. How Deeply are Parliaments

- Engaging on Social Media?, *Information Polity*, 18, 2013, pp. 281-297.
- GOMES, Wilson; MAIA Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- INGLEHART, R. ; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. *Etnográfica*, Lisboa, vol.15, n.3, 2011, pp. 523-542.
- NORRIS, P. *A virtuous circle: Political communications in postindustrial societies*. New York: Cambridge University Press, 2000.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília, EdUnB, 2000.
- RIBEIRO, Eliane; LANES, Patrícia; CARRANO, Paulo. *Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras*. Ibase, 2006. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/ibasenet_dv30_indicadores.pdf Acesso em 30/06/14.
- ROTHBERG, Danilo. A sociedade em rede e suas razões para o voto: impactos da internet sobre a dimensão sociopolítica. *Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública*. Belo Horizonte, 2012.
- THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.